por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2011 apresenta um ativo líquido no valor de 199.513.782,61€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 27.883.181,71€ e proveitos no montante de 30.339.675,60€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.456.493,89€. --

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2011, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 35.141.697,68€, que compreendem 1.512.406,26€ do saldo da gerência anterior, 31.993.909,62€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 23.712.726,91€, receitas de capital no montante de 7.823.034,93€ e o valor de 458.147,78€ relativo a outras receitas) e 1.635.381,80€ de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 33.470.603,17€, correspondendo 31.883.471,27€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 20.956.150,98€ e 10.927.320,29€ de despesas de capital), e 1.587.131,90€ relativos a operações de tesouraria. ----------

Estes valores evidenciam um saldo de 1.671.094,51€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 183.997,17€ referente à execução orçamental e 1.487.097,34€ referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.456.493,89€, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 122.824.69€ e o restante no valor de 2.333.669,20€ para reforço do Património.

De seguida, o Sr. Presidente, procedeu à apresentação do documento, informando de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia relativas ao ano de 2011 e que serão remetidos ao Tribunal de Contas para aprovação foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e atividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas. Esses documentos fazem-se acompanhar pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receita bruta arrecadada pela Autarquia (31.993.909,62€) e uma receita líquida de 31.921.555,17€, constatamos ter obtido uma execução de 83,54% relativamente às dotações corrigidas, ligeiramente superior à do ano anterior, e uma execução do orçamento da despesa de 83,44%. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%.

Na receita corrente superou-se o objetivo previsto, enquanto que na receita de capital se verificou uma arrecadação inferior à prevista em resultado da diminuição das transferências de capital (dificuldades de recebimentos e de aprovações ao nível da execução do QREN e da não concretização da venda de bens de investimento, face à situação pouco favorável do mercado imobiliário).

A taxa média de execução orçamental dos municípios do País no ano de 2010 foi 55,50%, podendo o valor médio de 2011 ser muito próximo, o que significa que no município de Bragança, com uma execução de 27,04 pontos acima da média nacional, trabalhamos com fiabilidade elevada em termos de orçamento previsional da receita, uma elevada taxa de execução e de comprometimento da despesa, o que só é possível face ao bom planeamento e controlo das atividades.

Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos. A receita corrente bruta superou as despesas correntes em 2.756.575,93€, destinada a investimento; as receitas totais foram superiores às despesas totais o que permite transitar com um saldo positivo de 183.997,17€; o saldo efetivo, excluídos das receitas totais e das despesas totais os ativos e os passivos financeiros, é positivo com o valor de 1.703.981,07€. O Princípio de Equilíbrio Orçamental, assegurado em sede de elaboração do orçamento

que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e que as receitas correntes seriam pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõe-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 44,52%; Apoios Comunitários e outros 11,94%; empréstimos 0,00% e Receitas Próprias 43,54%. Constata-se, como indicador positivo, o facto de as receitas próprias evoluírem de forma sustentada, aspeto essencial da gestão, visto a tendência das receitas provenientes de fundos comunitários serem de diminuição, por serem mais orientadas para a economia e as transferências da administração central tenderem a diminuir por escassez de recursos.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma:

A despesa corrente que representa 65,73% (dentro desta a despesa de pessoal representa 21,40% - a média nacional dos municípios foi de 31,10% no ano de 2010 - e a aquisição de bens e serviços 38,80%; 0,90% para juros e outros encargos, 3,26% para transferências correntes e 1,36% para outras despesas correntes); A despesa de capital que representa 34,27% (sendo 23,62% para aquisição de bens e serviços; 5,88% para transferências de capital; 1,35% de ativos financeiros e 3,42% de passivos financeiros).

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à executada no ano de 2010, no valor de 339.619,42€, sendo a redução obtida essencialmente na aquisição de bens e serviços e nas transferências correntes, uma ligeira economia em pessoal e ligeiro agravamento nos juros e outros encargos. A despesa de capital, que tende a ser menor em cada ano, diminuiu 19,33% e foi de 10.927.320,29€. Esta representou 34,27% da despesa total, sendo suportada em 65,41% pelo financiamento municipal.

O endividamento municipal regista uma diminuição, no cômputo geral da dívida, de 10,71% (*i.e.* 1.625.870,00€), tendo diminuído a dívida de curto prazo em 405.109,00€ e a dívida de médio longo prazo em 1.220.762,00€. Deduzido o valor associado a credores de cauções, cujos montantes estão disponíveis para restituição, a dívida real de curto, médio e longo prazos é de 12.151.728,99€. Conseguiu-se, novamente, uma descida da dívida global do município, que representa 38,07% da receita líquida global e que a 31 de dezembro de 1997 representava 105% da receita global. Numa altura em que a divida média dos municípios se tem vindo a agravar, no município de Bragança, apesar de não se ter parado o investimento, tem-se assegurado redução continuada da dívida global, um indicador inquestionavelmente positivo de gestão, em situação contrária ao que se tem passado no país com a dívida pública, cerca de 110% do PIB, várias vezes o orçamento do Estado.

Os limites de endividamento do município, calculados de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010- Lei do Orçamento de Estado para 2011 - e comunicados pela DGAL para vigorarem no ano de 2011 evidenciam uma margem, favorável ao município (excluindo o setor empresarial local), de 1.906.911,59€ (45,44%) para o endividamento líquido e 4.433.428,54€ (19,45%) para o endividamento de médio e longo prazos.

Quanto à situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2010, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o ativo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do ativo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.513.782,61€, tendo ocorrido um acréscimo de 0,14% (269.689,33€); quanto ao passivo, com o valor de 77.033.396,54,00€, registou uma diminuição de 3,01% (-2.387.254,08€). Refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: provisões para riscos e encargos 5,85% (-575.644,69€); empréstimos obtidos 12,58% (- 1.220.761,82) e dívidas a terceiros-curto prazo com um decréscimo de 7,40% que representa -405.108,57€; os fundos próprios no valor de 122.480.386,09€, registaram um acréscimo de 2,6 milhões de euros.

No período de 2002 a 2011, o ativo evoluiu de 64,16 para 199,51 milhões de euros, os Fundos Próprios de 49,60 para 122,40 milhões de euros (sendo que o Património apresenta uma evolução de 37,6 para 91,9 milhões de euros).

Relativamente ao Passivo, apresenta 14,46 milhões de euros em 2002 e 77,03 milhões de euros em 2011. Não obstante este considerável aumento, as dívidas a terceiros de médio e longo prazos, que em 2002 apresentam o valor de 9,93 milhões de euros, em 2011 atingem o valor de 8,48 milhões de euros (-1,45 milhões de euros). As dívidas de curto prazo evoluem de 4,30 para 5,07 milhões de euros.

Assim, sendo, pode concluir-se, numa perspetiva evolutiva, que o aumento do passivo é proveniente de outras componentes, nomeadamente as provisões para riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (em 2011, 69% do Passivo é composto por subsídios ao investimento).

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais sofreram um decréscimo de 6,13%, o correspondente a 1,68 milhões de euros, em resultado da diminuição *da venda e prestações de serviços* (venda de água, eletricidade, transportes públicos...) e da diminuição de 1,07 milhões de euros, *de transferências e subsídios obtidos*; os *custos operacionais* diminuíram cerca de 5,41% o equivalente a -1,36 milhões de euros; *o resultado extraordinário* é negativo, sendo positivos os *resultados financeiros* no valor de 1.452.224,17€, os *resultados operacionais* com um decréscimo de -315.024,41€ e o *resultado líquido* com um aumento de 62,76% contribuíram para que a proposta de

aplicação de *resultado líquido do exercício de 2011* registe o valor de 2.456.493,89€, dos quais 122.824,69€ *para reservas legais* e 2.333.669,20€ *para reforço do património.*

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção. A despesa com pessoal traduziu-se num decréscimo de 139.776,09€, exatamente 2,01% relativamente ao ano de 2010. O decréscimo registado deveu-se à redução das remunerações totais ilíquidas impostas pela LEO para 2011 e também à diminuição do número de trabalhadores municipais, relativamente ao ano anterior. O número global de trabalhadores no final do ano é de 371, o mais baixo dos últimos 17 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores) e, se a este número subtrairmos o executivo municipal e as 2 prestações de serviços, ainda registadas em 2011, esse número baixa para 365 trabalhadores.

Ao nível do absentismo regista-se um decréscimo na taxa, passando de 9,1% em 2010 para 7,53% em 2011, ou seja, uma redução de 1509 dias de trabalho. De um total de 7031 faltas, 5523 são por doença, dos quais 14 trabalhadores têm 3368 dias de falta por doença prolongada, o que representa cerca de 47,90% do total das faltas dos trabalhadores do município. O maior fator de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA) que, após solicitadas, demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2011 e que degrada imenso o sistema da administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do município, garantindo regularidade e legalidade na ação, conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal, quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as têm transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a Administração Central e em particular às Juntas de Freguesia que connosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido, encerrar a atividade do ano de 2011 com resultados positivos nas contas, na redução da

dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais. Em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a Instituição e o poder local democrático.

Em síntese, a Prestação de Contas evidencia uma boa taxa de execução, resultado da adequada previsão e bom planeamento das atividades. Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos, o resultado líquido do exercício é positivo e subiu relativamente ao exercício anterior.

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à do ano anterior. O endividamento municipal continua a descer e tem o valor mais baixo dos últimos 15 anos, o que contrasta com a situação em geral do país. A situação patrimonial do município continua a evoluir positivamente. Os recursos humanos diminuíram e registou-se uma ligeira melhoria na taxa de absentismo. Os prestadores de serviços e fornecedores mantiveram com o município uma relação estável e positiva.

De realçar o bom relacionamento institucional com todas as Juntas de Freguesias.

Pelo exposto, considerando que os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício estão corretamente elaborados e fundamentados, que a legalidade foi cumprida ao longo do exercício e que o resultado global é positivo, proponho a sua aprovação, bem como a sua submissão, para apreciação e aprovação, da Assembleia Municipal.

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à votação, tendo o Sr. Vice Presidente, Rui Caseiro, apresentado a seguinte Declaração de Voto:

"Os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2011 demonstram, claramente, a boa gestão e a preocupação com o equilíbrio das contas municipais, como aliás tem sido prática nos últimos 14 anos, pelo executivo liderado pelo atual Presidente, Eng.º Jorge Nunes.

Registou-se em 2011 um aumento dos fundos próprios e um decréscimo do passivo total.

Da análise da execução orçamental quero realçar dois factos: ao nível da execução de receitas cobradas em relação à receita prevista, um grau de execução de 83,73%, valor este superior ao registado no ano de 2010 (83,2%), que constituiu neste ano o 20.º melhor desempenho a nível dos 308 municípios do país. Também ao nível das despesas de pessoal o peso desta rubrica no total de despesas, apresenta valores em % muito inferiores (21,4%) à média nacional verificada em 2010 (31,1%).

Não obstante a crise em que se vive, associada à diminuição das transferências do Estado, o conjunto de obras executadas e iniciadas no ano 2011 são prova de uma gestão rigorosa e equilibrada e demonstram uma permanente vontade de criar melhores condições de vida para os brigantinos,

apostando na requalificação urbana e também na qualidade de serviços prestados aos cidadãos, seja a nível dos serviços administrativos, municipais, sociais, da cultura e da área económica.

Voto favoravelmente os documentos de prestações de contas bem como a proposta de aplicação do resultado líquido de exercício."

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias, duas abstenções dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2011.

Mais foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e três abstenções dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes, Leonel Afonso e Humberto Rocha, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Liquido do Exercício

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Liquido do Exercício de 2011, respetivamente."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a)Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

II – ANEXOS: Anexo I - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS e Anexo II - ERRATA

-------- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES. .....

---------**Fizeram declaração de voto** os seguintes membros: Rui Correia; António de Almeida; Luis Vale; Luis Pires e Amândio Gomes. .....

PONTO 4.3 – Tomada de conhecimento e discussão da proposta da Câmara Municipal de Bragança - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS;.....

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

"I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económica – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2011, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a)Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

II - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA (dezembro 2011) e CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Índice

1. Introdução 3
2. Análise da Situação 4
2.1. Análise Patrimonial 4
2.1.1 Análise da evolução do Activo 5
2.1.2 Análise da evolução dos Fundos Próprios e Passivo 6
2.1.2.1 Fundos Proprios 6
2.1.2.2 Passivo 7
2.2. Análise Económico-financeira 9
2.2.1 Análise Económica 9
A. Evolução dos Proveitos 9
B. Evolução de Custos 10
C. Evolução de Resultados 11
2.2.2 Análise Financeira 12
2.3. Análise à Execução Orçamental 14
2.3.1 Controlo Orçamental da Receita 15
2.3.2 Controlo Orçamental da Despesa 18
2.4. Limite de Endividamento 24

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007**, de 15 de Janeiro, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Bragança, com referência a 31 de Dezembro de 2011.

1. Introdução

Para efeitos da **análise da situação e evolução patrimonial** (análise financeira ou de Balanço) e da **evolução dos Resultados** (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2011 com os reportados a 31 de Dezembro de 2010.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

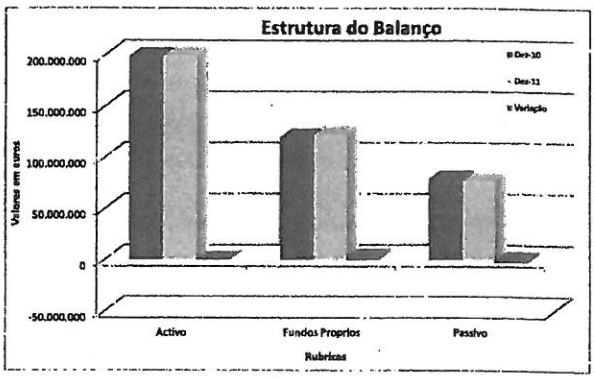
2. Análise da Situação

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2010, a estrutura patrimonial do Município é a seguinte:

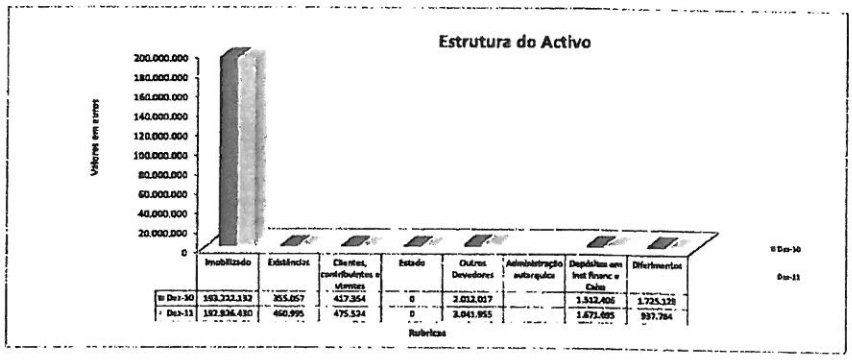
Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	31.12.11	31.12.10	Variação Abs.	%
Activo Total	199.513.783	199.244.093	269.689	0%
Passivo	77.033.397	79.420.651	-2.387.254	-3%
Fundos Proprios	122.480.386	119.823.443	2.656.943	2%



2.1.1. Análise da evolução do Ativo

O Ativo apresenta a seguinte evolução, comparativamente a Dezembro de 2010:



	Imobilizado	Existências	Clientes, contribuintes e utentes	Estado	Outros Devedores	Administração autárquica	Depósitos em Inst financ e Caixa	Diferimentos
Dez-10	193.322.132	355.057	417.354	0	2.012.017		1.512.406	1.725.128
Dez-11	192.826.430	460.995	475.524	0	3.041.955		1.671.605	937.784

i. O Ativo Liquido registou uma variação positiva de aproximadamente, 269 m€ que em termos percentuais representa 0,14%.

ii. A rubrica de Imobilizado, que representa 97% do Total do Ativo Liquido em 31.12.11, registou uma diminuição de 295 m€.

iii. A rubrica de Clientes, contribuintes e utentes com um saldo de 475 m€, regista um aumento, de 58 m€, representativo de 14%.

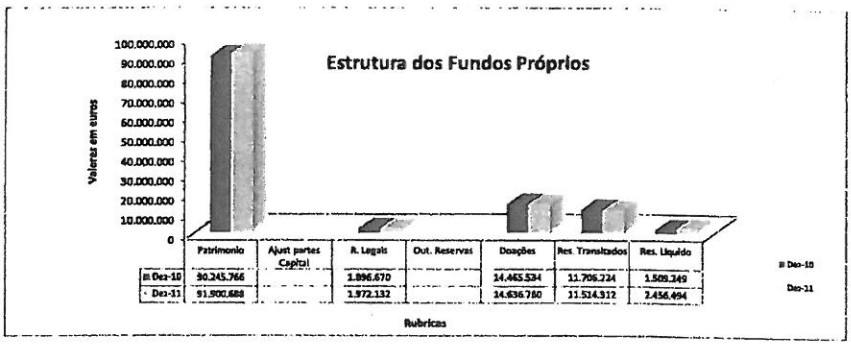
iv. A rubrica de Outros Devedores representa, em 31.12.11, 2% do Total do Ativo, e registou, face a esta data, um aumento de 1.029 m€, cerca de 51%.

v. O total dos Depósitos Bancários e Caixa aumentaram, cerca de 158 m€, isto é 10%, e representam 1% do Ativo Liquido.

vi. Os Acréscimos e Diferimentos Ativos registam uma diminuição de 787 m€, cerca de -46%.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1 - Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição e evolução face a 31/12/2010:



	Patrimonio	Ajust partes Capital	R. Legais	Out. Reservas	Doações	Res. Transitados	Res. Liquido
Dez-10	90.245.766		1.896.670		14.465.534	11.706.224	1.509.349
Dez-11	91.900.688		1.972.132		14.636.780	11.514.912	2.456.494

Os Fundos Próprios registam um aumento de 2,6 M€, que resulta:

(a) do aumento do resultado líquido do período em 947 m€, face ao alcançado em 31.12.10;

(b) de regularizações efetuadas na rubrica de Património, no montante total de 1,6 M€.

(c) de Doações efetuadas a favor Município, no montante total de 171 m€.

2.1.2.2. - Comparativamente a Dezembro de 2010, o Passivo apresenta a seguinte evolução:

	Fornecedores	Forn Imobilizado	Emp Obtidos	Estado	Adm autarquica	Provisões	Out Credores	Diferimentos
Dez-10	2.534.048	1.824.023	9.264.889	183.724	7.500	8.847.807	1.375.304	54.395.336
Dez-11	2.334.840	1.484.570	8.174.815	148.841	0	8.272.162	1.405.871	54.389.587

i. O Passivo Total regista um decréscimo de aproximadamente 3,01% face a 31 de Dezembro de 2010, representando à data de 31.12.11, 39% do Total de Balanço.

ii. A rubrica de "Fornecedores de Imobilizado" registou um decréscimo de 19%, isto é, aproximadamente 339 m€, representando, em 31 de Dezembro de 2011, 2% do Total do Passivo (2% igualmente em 31.12.10);

iii. A rubrica de Fornecedores tem um peso de 3% sobre o Passivo Total e diminuiu cerca 187 m€, representativos de -7%, face a 31.12.10.

iv. A rubrica de empréstimos obtidos registou um decréscimo de 1,08 M€, cerca de -12%. No exercício de 2011 representa 11% no total do Passivo, um ponto percentual a menos que em 31 de Dezembro de 2010.

v. As Provisões registaram uma diminuição de 575 m€ no período em análise (-6%). No entanto, o seu peso no final do exercício de 2011 manteve em 12% do Total de Passivo.

vi. O aumento registado em Outros Credores foi de 33 m€, cerca de 2%. Esta rubrica mantém em 31.12.11, tal como em 31.12.10, um peso de 2% no total do Passivo e engloba os saldos de "Cauções de Clientes".

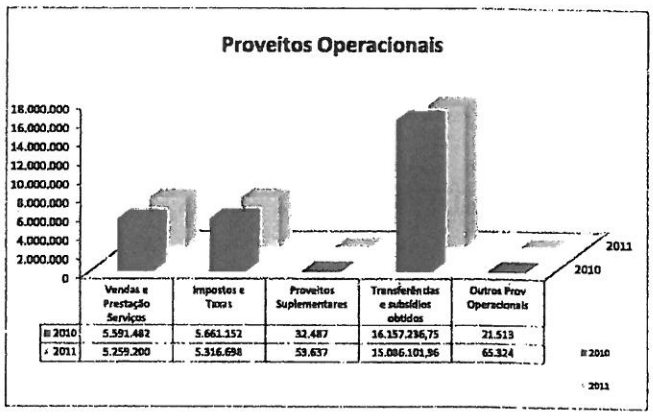
vii. A rubrica de "Acréscimos e diferimentos passivos" regista uma diminuição de 185 m€, em consequência da regularização dos Acréscimo de Custos realizados em 2010, no montante de 306 m€, compensada parcialmente pelo aumento dos Subsídios para Investimento, no valor de 120 m€. O seu peso no Total do Passivo é, à data de 31.12.11, de 70% contra os 68% que ocupava em 31 de Dezembro de 2010.

2.2. – Análise económico-financeira

2.2.1. – Análise Económica

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2011, comparativamente com a do período homólogo de 2010, evoluiu do modo seguinte:

A. Evolução dos Proveitos Operacionais



	Vendas e Prestação Serviços	Impostos e Taxas	Proveitos Suplementares	Transferências e subsídios obtidos	Outros Prov Operacionais
2010	5.591.482	5.661.152	32.487	16.157.236,75	21.513
2011	5.259.200	5.316.698	53.637	15.086.101,96	65.324

2010
2011

i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais, registam uma diminuição de 6%, o que em termos absolutos corresponde a 1,6 M€.

ii. O referido acréscimo resulta dos decréscimos registados em Vendas e Prestações de Serviços (332 m€), Impostos e Taxas (344 m€) e Transferências e Subsídios Obtidos (1.071 m€);

B. Evolução de Custos

Os custos operacionais registam face ao período homólogo do ano anterior a seguinte evolução:

	CMVMC	FSE	Custos c/ Pessoal	Amortizações	Provisões	Transf e subs correntes conc e prest sociais	Out C. Operac
2010	1.277.798	9.516.873	6.817.601	4.798.114	1.591.190	1.203.761	168.116
2011	1.139.150,01	10.065.826	6.406.656	5.161.665	10.018	1.029.892	92.360

i. Os Custos Operacionais diminuíram 5,4% (1,36 M€), face a 31.12.10.

ii. O CMVMC decresceu 3%, cerca de 38 m€. O seu peso face ao Total dos Custos Operacionais em 31.12.10 é de 5%.

iii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de 6%, que se traduziu, em termos absolutos num acréscimo de 548 m€. Em 31.12.11 o seu peso é de 42% na estrutura dos Custos Operacionais, face a 38% em 31.12.10.

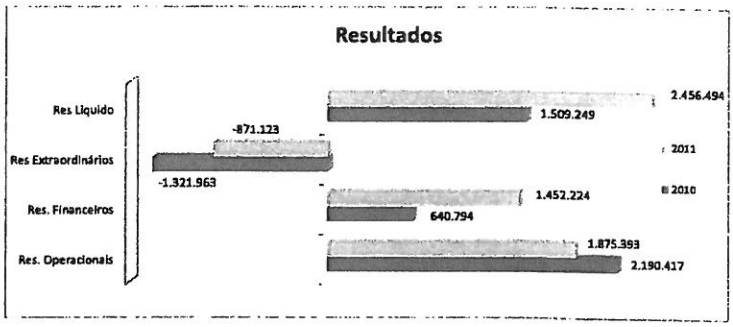
iv. A rubrica de «Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais» diminuiu, face ao período homólogo, cerca de 173 m€ (-14%).

v. Os Custos com Pessoal registaram uma diminuição de 6%, cerca de 410 m€, face a Dezembro de 2010 e representam 27% do total dos Custos Operacionais.

vi. As Amortizações do Exercício revelam um acréscimo de 363 m€, cerca de 8%, e representam, em 31.12.11, 22% do total dos Custos Operacionais.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional registou face a 31.12.10 um decréscimo de cerca de 315 m€ por força do decréscimo de 1,68 M€ registado nos Proveitos Operacionais, apesar de uma diminuição de 1,36 M€ dos Custo Operacionais.

O Resultado Financeiro registou um acréscimo de cerca de 811 m€, consequência da diminuição de 71% ocorrido nos Custos Financeiros.

O Resultado Extraordinário apresenta-se negativo em 871 m€. No entanto, registou uma melhoria em 450 m€, face ao período homólogo de 2010.

Comparativamente a Dezembro de 2010, o Resultado Liquido regista um aumento de cerca de 947 m€.

2.2.2. – Análise Financeira

	Rácios	Formula de Calculo	Dez-11	Dez-10
(*)	Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	11%	10%
(*)	Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	10%	9%
(*)	Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	3%	3%
	Endividamento	Passivo / Activo	39%	40%
(*)	Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	77%	75%
	Autonomia financeira	Fundos Próprios / Activo	61%	60%
	Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Liquido	68%	67%

(**)	Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	110%	90%
(**)	Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	102%	84%
(**)	Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	28%	22%
(**)	Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	8%	8%

(*) – Passivo Circulante incluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)
(**) – Passivo Circulante excluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)

Se no Passivo Circulante forem incluídos os Proveitos Diferidos (subsídios ao investimento), os rácios de **liquidez geral e liquidez reduzida** revelam que o Ativo Circulante é insuficiente para financiar o Passivo Circulante, conclusão que se observa igualmente em 2010.
Caso contrário, estes rácios revelam um cenário oposto, isto é, o Ativo Circulante financia integralmente o Passivo Circulante.

Da análise do rácio de **liquidez imediata** conclui-se que o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas Disponibilidades, nos dois períodos em comparação, se revela negativo o que justifica a necessidade de recurso ao endividamento.

Do rácio de **Endividamento e Autonomia Financeira** conclui-se que o Total do Ativo é financiado em cerca de 39% por capitais alheios, quando no período homólogo de 2010 era financiado em 40%.

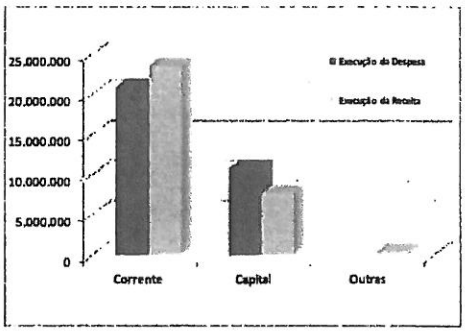
Não considerando no Passivo Circulante a rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios ao Investimento), concluímos que no que se refere à **Estrutura de endividamento**, à data de 31.12.11, apenas 10% do Passivo é de curto prazo.

O rácio de **Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes** revela que os Capitais Permanentes são insuficientes para financiar o Imobilizado líquido (este indicador deveria ser igual ou superior a 100%), o que significa que o Ativo Permanente está a ser financiado pelo Passivo Corrente, provocando um desequilíbrio do Fundo de Maneio.

2.3 – Análise à Execução Orçamental

Em 31 de Dezembro, o grau de execução orçamental era o seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita líquida		Execução da Receita bruta	
	Euro	%	Euro	%	Euro	%
Corrente	20.956.151	91,19%	23.640.372	102,68%	23.712.727	102,99%
Capital	10.927.320	71,75%	7.823.035	51,89%	7.823.035	51,89%
Outras			458.148	414,24%	458.148	414,24%
Total	31.883.471	83,44%	31.921.555	83,54%	31.993.910	83,73%



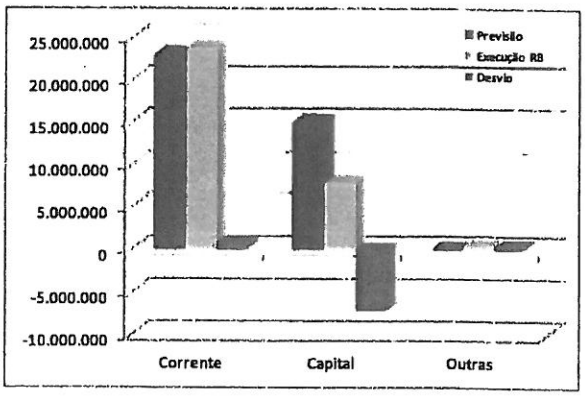
O grau de execução da Receita Bruta é superior ao da execução da Despesa, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental - a Despesa Corrente foi coberta pela Receita Corrente.

2.3.1 – Controlo Orçamental da Receita

Do quadro abaixo conclui-se que, em 31.12.11, a execução da Receita Bruta apresenta um desvio negativo de 6,216 M€, consequência do nível de execução da Receita de Capital que foi apenas de 52%.

	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Corrente	23.023.500	23.640.372	616.872	102,68%	23.712.727	689.227	102,99%
Capital	15.076.200	7.823.035	-7.253.165	51,89%	7.823.035	-7.253.165	51,89%
Outras	110.600	458.148	347.548	414,24%	458.148	347.548	414,24%
Total	38.210.300,00	31.921.555,17	-6.288.744,83	83,54%	31.993.909,62	-6.216.390,38	83,73%

A representação gráfica dos desvios apurados é a seguinte:



PEREIRA & DUARTE
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Câmara Municipal de Bragança

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2011
16/25

Detalhadamente, por rubrica de Receita, é possível analisar os graus de realização e os respectivos níveis de desvio face ao orçamentado:

Designação	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Impostos directos	4.452.200,00	4.425.914,93	-26.285,07	99,41%	4.492.335,52	40.135,52	100,90%
Impostos indirectos	321.700,00	80.279,06	-241.420,94	24,95%	80.279,06	-241.420,94	24,95%
Taxas, multa e outras penalidades	1.023.000,00	956.328,62	-66.671,38	93,48%	958.277,16	-64.722,84	93,67%
Rendimentos de propriedade	1.713.400,00	2.153.124,29	439.724,29	125,66%	2.153.124,29	439.724,29	125,66%
Transferências Correntes	10.207.100,00	10.472.620,09	265.520,09	102,60%	10.472.620,09	265.520,09	102,60%
Venda de bens e serviços	5.267.200,00	5.458.114,66	190.914,66	103,62%	5.462.099,98	194.899,98	103,70%
Outras receitas correntes	38.900,00	93.990,81	55.090,81	241,62%	93.990,81	55.090,81	241,62%
Total de receitas correntes	**23.023.500,00**	**23.640.372,46**	**616.872,46**	**102,68%**	**23.712.726,91**	**689.226,91**	**102,99%**
Vendas de bens de investimento	1.333.100,00	205.263,77	-1.127.836,23	15,40%	205.263,77	-1.127.836,23	15,40%
Transferências de Capital	13.603.200,00	7.591.713,32	-6.011.486,68	55,81%	7.591.713,32	-6.011.486,68	55,81%
Activos Financeiros			0,00	-		0,00	-
Passivos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	-100,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	139.800,00	26.057,84	-113.742,16	18,64%	26.057,84	-113.742,16	18,64%
Total de receitas capital	**15.076.200,00**	**7.823.034,93**	**-7.253.165,07**	**51,89%**	**7.823.034,93**	**-7.253.165,07**	**51,89%**
Reposições não abatidas nos pag	37.100,00	458.147,78	421.047,78	1234,90%	458.147,78	421.047,78	1234,90%
Saldo da gerência anterior	73.500,00	0,00	-73.500,00	0,00%	0,00	-73.500,00	0,00%
Total de outras receitas	**110.600,00**	**458.147,78**	**347.547,78**	**414,24%**	**458.147,78**	**347.547,78**	**414,24%**
Total	**38.210.300,00**	**31.921.555,17**	**-6.288.744,83**	**83,54%**	**31.993.909,62**	**-6.216.390,38**	**83,73%**

As Receitas Correntes, excepto a rubrica de Impostos Indirectos, registam níveis de execução próximos ou mesmo superiores aos previstos.

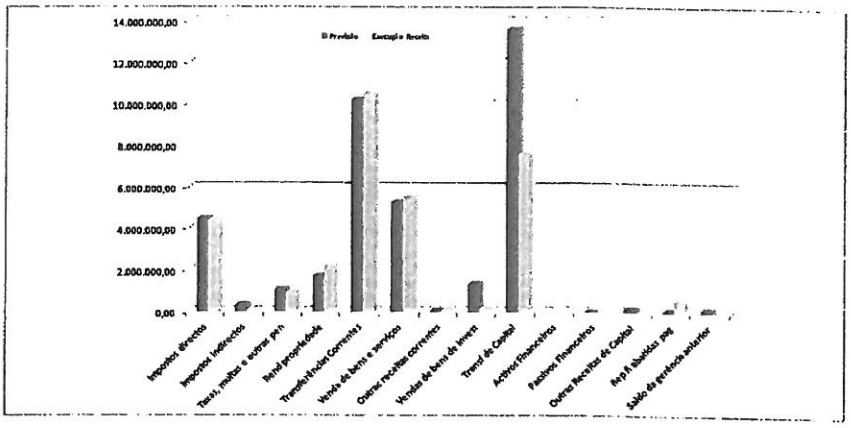
Ao nível das receitas de Capital regista-se uma reduzida percentagem de execução nas rubricas de Vendas de bens de investimento e uma menos elevada nas Transferências de Capital que, face ao peso que ocupam no total das receitas de Capital, justificam o menor grau de execução apurado no final do ano em análise.

Avª da Republica nº 1651, s/ L. Dtº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na OROC sob o nº 154

R. Campo Alegre, n.º 1306, 2º s/205 (Ed.º Botânico) - 4150-174 Porto
☎ 22 606 17 80 🖷 22 606 17 89
e-mail-geral@kpf.pt

A representação gráfica é a seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Liquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Dez-11	Dez-10
Impostos Municipais / Total de Receitas	17%	16%
Venda de bens de investimento / Total de Receitas	1%	4%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	43%	42%
Total das Transferências / Total das Receitas	57%	56%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	2%

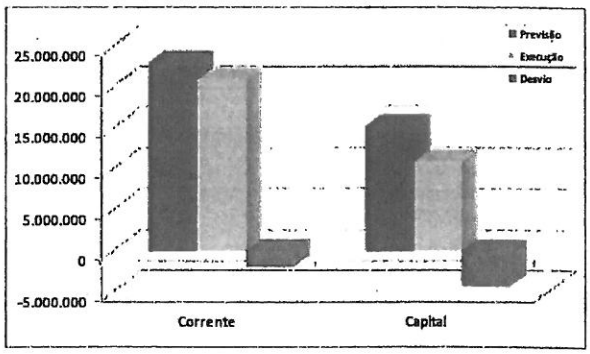
2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa

O Grau de execução orçamental da Despesa foi de 83,44%, tendo-se apurado um desvio de 6,326 M€.

O nível da execução verificada nas Despesas de Capital foi de 72% enquanto o grau de execução das Despesas Correntes foi de 91%, tal como se conclui do quadro seguinte:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	22.980.300	20.956.151	-2.024.149	91,19%
Capital	15.230.000	10.927.320	-4.302.680	71,75%
Total	38.210.300,00	31.883.471,27	-6.326.828,73	83,44%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios é evidenciada do modo seguinte:

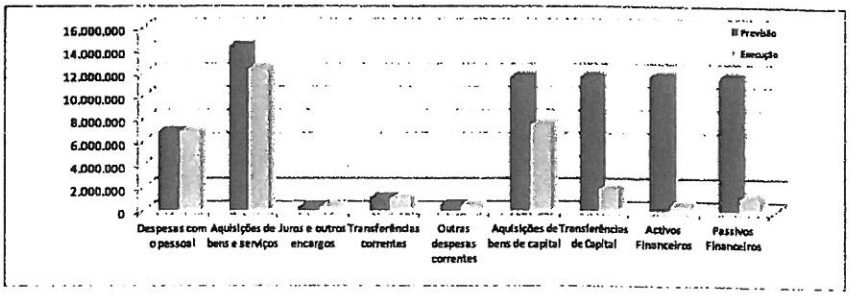


Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foi o seguinte:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	6.863.110	6.822.384	-40.726	99,41%
Aquisições de bens e serviços	14.271.340	12.372.258	-1.899.082	86,69%
Juros e outros encargos	292.000	288.529	-3.471	98,81%
Transferências correntes	1.095.650	1.038.726	-56.924	94,80%
Outras despesas correntes	458.200	434.255	-23.945	94,77%
Total Despesas Correntes	22.980.300,00	20.956.150,98	-2.024.149,02	91,19%
Aquisições de bens de capital	11.653.900	7.532.064	-4.121.836	64,63%
Transferências de Capital	11.653.900	1.875.273	-9.778.627	16,09%
Ativos Financeiros	11.653.900	430.000	-11.223.900	3,69%
Passivos Financeiros	11.653.900	1.089.984	-10.563.916	9,35%
Total Despesas de Capital	46.615.600,00	10.927.320,29	-35.688.279,71	23,44%

O grau de execução ficou abaixo dos valores orçamentados, sobretudo nas rubricas de «Aquisição de bens de capital» e «Transferências de Capital» apresentando, no entanto, percentagens de execução orçamental mais elevadas nas rubricas de «Despesas com Pessoal», «Aquisições de bens e serviços» e «Transferências Correntes».

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:

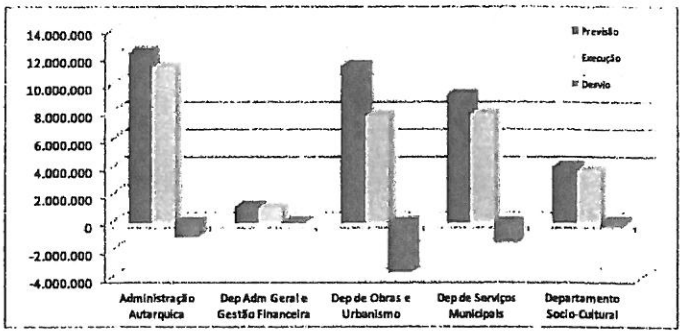


PEREIRA & DUARTE
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Câmara Municipal de Bragança

Análise Económico - Financeira
Dezembro de 2011
20/25

A execução orçamental da Despesa por departamento apresenta a seguinte representação gráfica:



Foi, sobretudo, na Divisão de Obras e Urbanismo que o grau de execução orçamental da Despesa ficou aquém do previsto. Ao nível das Despesas de Capital, o grau de execução foi de 59%, tendo sido realizadas despesas no montante de 5,08 M€ contra os 8,55 M€ orçamentados. As Despesas correntes nesta Divisão registaram uma execução de 95% apresentando um desvio de cerca de 144 m€.

A Administração Autárquica e o Departamento de Serviços Municipais, que registaram desvios negativos de cerca de 997 m€ e 1,43 M€, revelam graus de execução orçamentais para as Despesas Correntes, de 92% e 87% e para as Despesas de Capitais, de 92% e 57%, respectivamente.

Avª da Republica nº 1651, s/ L. Dtº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na OROC sob o nº 154

R. Campo Alegre, n.º 1306, 2º s/205 (Ed.º Botânico) - 4150-174 Porto
☎22 606 17 80 🖷 22 606 17 89
e-mail-geral@kpf.pt

O quadro seguinte revela, de forma detalhada, por departamento e por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental registado no final do exercício de 2011.

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Administração Autárquica				
Assembleia Municipal				
Despesas com Pessoal	45.120	45.037	-83	99,82%
Aquisição de bens e serviços	11.280	11.147	-133	98,83%
Câmara Municipal				
Despesas com Pessoal	1.051.160	1.027.121	-24.039	97,71%
Aquisição de bens e serviços	3.885.065	3.467.433	-417.632	89,25%
Transferências correntes	866.650	823.083	-43.567	94,97%
Outras despesas correntes	458.200	434.255	-23.945	94,77%
Aquisição de bens de Capital	2.156.400	1.848.698	-307.702	85,73%
Transferências de Capital	2.051.000	1.874.273	-176.727	91,38%
Operações financeiras				
Juros e outros encargos	292.000	288.529	-3.471	98,81%
Ativos Financeiros	430.000	430.000	0	100,00%
Passivos Financeiros	1.090.100	1.089.984	-116	99,99%
Dep Adm Geral e Gestão Financeira				
Divisão Administrativa				
Despesas com Pessoal	509.380	507.698	-1.682	99,67%
Aquisição de bens e serviços	17.010	14.499	-2.511	85,24%
Aquisição de bens de Capital	1.000	335	-665	33,47%
Divisão Financeira				
Despesas com Pessoal	458.030	456.137	-1.893	99,59%
Aquisição de bens e serviços	26.100	20.399	-5.701	78,16%
Aquisição de bens de Capital	2.600	418	-2.182	16,08%
Divisão Informática e Sistemas				
Despesas com Pessoal	117.970	116.279	-1.691	98,57%
Aquisição de bens e serviços	5.340	2.307	-3.033	43,21%

PEREIRA & DUARTE
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Câmara Municipal de Bragança

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2011
22/25

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Dep de Obras e Urbanismo				
Divisão de Obras				
Despesas com Pessoal	710.780	709.547	-1.233	99,83%
Aquisição de bens e serviços	174.720	145.028	-29.692	83,01%
Aquisição de bens de Capital	7.476.700	4.373.603	-3.103.097	58,50%
Divisão de Equipamento				
Despesas com Pessoal	505.210	503.840	-1.370	99,73%
Aquisição de bens e serviços	933.915	825.553	-108.362	88,40%
Aquisição de bens de Capital	210.100	107.472	-102.628	51,15%
Divisão de Urbanismo				
Despesas com Pessoal	476.730	475.480	-1.250	99,74%
Aquisição de bens e serviços	36.130	33.313	-2.817	92,20%
Aquisição de bens de Capital	866.400	599.483	-266.917	69,19%
Dep de Serviços Municipais				
Divisão de Saneamento básico				
Despesas com Pessoal	540.060	538.599	-1.461	99,73%
Aquisição de bens e serviços	3.344.800	2.370.118	-974.682	70,86%
Aquisição de bens de Capital	251.300	164.876	-86.424	65,61%
Divisão Defesa Ambiente				
Despesas com Pessoal	648.750	647.336	-1.414	99,78%
Aquisição de bens e serviços	2.813.630	2.755.212	-58.418	97,92%
Aquisição de bens de Capital	129.800	107.196	-22.604	82,59%
Divisão de Transportes e energia				
Despesas com Pessoal	731.460	729.744	-1.716	99,77%
Aquisição de bens e serviços	446.050	387.358	-58.692	86,84%
Aquisição de bens de Capital	394.600	170.986	-223.614	43,33%
Departamento Sociocultural				
Divisão Cultural e Turismo				
Despesas com Pessoal	638.810	637.231	-1.579	99,75%
Aquisição de bens e serviços	749.640	674.429	-75.211	89,97%
Transferências correntes	15.500	12.098	-3.402	78,05%
Aquisição de bens de Capital	87.500	84.891	-2.609	97,02%
Transferências de Capital	5.000	1.000	-4.000	20,00%
Divisão de Educação e Desporto				
Despesas com Pessoal	429.650	428.335	-1.315	99,69%
Aquisição de bens e serviços	1.827.660	1.665.460	-162.200	91,13%
Transferências correntes	213.500	203.545	-9.955	95,34%
Aquisição de bens de Capital	77.500	74.104	-3.396	95,62%
Total Despesas	38.210.300,00	31.883.471,27	-6.326.828,73	83,44%

Av.ª da Republica n.º 1651, s/ L Dt.º
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na OROC sob o n.º 154

R. Campo Alegre, n.º 1306, 2.º s/205 (Ed.º Botânico) - 4150-174 Porto
☎ 22 606 17 80 🖷 22 606 17 89
e-mail-geral@kpf.pt

Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Dez-11	Dez-10
Transferências correntes / Total das Despesas	3%	4%
Transferências de Capital / Total das Despesas	6%	6%
Despesa Corrente / Total das Despesas	66%	61%
Despesas de Capital / Total das Despesas	34%	39%
Total do Investimento / Total das Despesas	24%	28%

PEREIRA & DUARTE
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

2.4 – Limite de Endividamento

Procedemos ao cálculo do limite de endividamento, à data de 31 de Dezembro de 2011, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)

	Discrição	Montante
A - Passivos (Empréstimos contraídos, contratos de locação Financeira e dívidas a Fornecedores)	- Empréstimos Bancários (1)	5.935.086
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	2.336.940
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	1.484.570
	- Dívidas a EOEP	148.341
	- Dívidas a Outros Credores	1.406.871
	- Acréscimos e Diferimentos Passivos	943.217
	Soma dos Passivos	12.255.025
B - Activos	- Saldo de Caixa	9.684
	- Depósitos em Instituições Financeiras	1.661.410
	- Aplicações de Tesouraria	0
	- Investimentos Financeiros	3.719.498
	- Créditos sobre Terceiros	3.637.442
	- Acréscimos e Diferimentos Activos	937.784
	Soma dos Activos	9.965.818
C - Endividamento líquido do Município		2.289.207
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	-	-
	-	
	-	
	-	
	-	
	Sub-Total 2	
E- Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime sumário do sector empresarial local)	-	
	-	
	- M.M.B. - Mercado Municipal de Bragança, E.M	937.900
	- Terra Fria Carnes, Lda.	243.639
	Sub-Total 3	1.181.538
F - Endividamento líquido total		3.470.746
G - Limite da Capacidade de Endividamento (art. 53º Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro)	- Endividamento Líquido	4.196.119
	- Endividamento de médio e longo prazo (MLP) (2)	10.102.567
H - Capacidade líquida de Endividamento	- Endividamento Líquido (G-F)	725.373
	- Endividamento de médio e longo prazo (MLP) (2-1)	4.167.481

Avª da Republica nº 1651, s/ L Dtº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na OROC sob o nº 154

R. Campo Alegre, n.º 1306, 2º s/205 (Ed.º Botânico) - 4150-174 Porto
☎ 22 606 17 80 🖷 22 606 17 89
e-mail-geral@kpf.pt

Porto, 23 de Março de 2012

Em representação de
Fatima Pereira & Carlos Duarte,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Avª da Republica nº 1651, s/ L Dtº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na OROC sob o nº 154

R. Campo Alegre, n.º 1306, 2º s/205 (Ed.º Botânico) - 4150-174 Porto
☎22 606 17 80 🖷 22 606 17 89
e-mail-geral@kpf.pt